



EDIÇÃO ESPECIAL

Conforme Parágrafo Único do Art. 4 do
Decreto 5.348/2005 de 16/06/2005.

SEMANÁRIO OFICIAL

João Pessoa, 29 de outubro de 2021 * nº ESPECIAL * Pág. 001/014

ATOS DO PREFEITO

LEI ORDINÁRIA Nº 14.287, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021.

AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO ÓRGÃO, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Realocar Dotações Orçamentárias na Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde através dos Instrumentos da Transposição e da Transferência de Recursos de uma Categoria de Programação para Outra no Órgão no valor global de R\$ 26.846.150,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, cento e cinquenta reais), exclusivamente para atender às insuficiências registradas nas dotações orçamentárias relativas aos Grupos de Natureza da Despesa:

1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS;

3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde que será objeto da Realocação de Dotações Orçamentárias de que trata o caput, está especificado nos Anexos I – para os Acréscimos e o Anexo II – para as Reduções de que trata esta Lei.

Art. 2º A Realocação de Dotações Orçamentárias ocorrerá nas Classificações Funcionais e Programas integrantes da Secretaria Municipal/Fundo Municipal de Saúde na estrita obediência aos limites e às condições fixadas no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º O Decreto de Realocação de Dotações Orçamentárias Autorizado por esta Lei, explicitará as Classificações Institucionais e Funcionais, bem como as Dotações Orçamentárias a serem estornadas e os Programas e as Despesas para as quais serão transpostos e/ou transferidos, os valores daquelas dotações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA,
Estado da Paraíba, em 29 de outubro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

Anexo I Acréscimo		Ano Base: 2021
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional		
13000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
13301	13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.5414.462871	MAC - REDE CONVENIADA/CONTRATADA/SUPLEMENTAR-MANTER E IMPLEMENTAR A REDE SUPLEMENTAR DE	11.938.450,00
10.302.5414.464244	FAEC - MAC - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - FMS	2.223.117,00
10.302.5005.464498	MAC - REDE HOSPITALAR - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - FM	996.840,00
10.302.5005.464499	MAC - AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E AL	11.687.743,00
TOTAL GERAL		26.846.150,00

Anexo II Redução		Ano Base: 2021
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional		
13000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
13301	13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.5139.461212	INV - MELHORIA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES DE SA	3.000.000,00
10.302.5139.461485	INV - UPA - CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR, ADEQUAR E EQUIPAR UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO	500.020,00
10.302.5139.461491	INV - SAMU - REFORMAR, AMPLIAR, ADEQUAR E EQUIPAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL AS URGÊNCIAS	23.020,00
10.302.5139.461566	INV - MAC - IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE INVESTIMENTOS NA SAÚDE MUNICIPAL	30,00
10.305.5139.461568	INV - ZOONÓSES - REPASSE PARA O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DAS ZOONÓSES	400.000,00
10.302.5139.461577	INV - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE PARTO NORMAL PERI-HOSPITALAR - FMS	20,00
10.305.5139.461583	INV - CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DA REDE DE FRIO MUNICIPAL - FMS	300.000,00
10.301.5139.461622	INV - AB IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE INVESTIMENTOS NA SAÚDE MUNICIPAL	30,00
10.305.5139.461623	INV - VS - IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE INVESTIMENTOS NA SAÚDE MUNICIPAL	500.020,00
10.304.5139.461624	INV - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE INVESTIMENTOS NA SAÚDE MUNICIPAL	30,00
10.122.5139.461625	INV - GSUS IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE INVESTIMENTOS NA SAÚDE MUNICIPAL	30,00
10.303.5018.462042	AF - FARMÁCIA BÁSICA - MANTER E IMPLEMENTAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - FMS	400.000,00
10.305.5033.462084	VS - PAM - INCENTIVO AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES	416.020,00
10.122.5013.462079	GSUS - PLANEJASUS - PROMOVER AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE	20.000,00
10.694.5320.462609	ENCARGOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES INERENTES AS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	3.642.463,00
10.304.5397.462792	VS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E	247.673,38
10.302.5414.462871	MAC - REDE CONVENIADA/CONTRATADA/SUPLEMENTAR-MANTER E IMPLEMENTAR A REDE SUPLEMENTAR DE	104.501,00
10.128.5082.464239	GSUS - CIR/MATA ATLÂNTICA-COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL - EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE -	90,00
10.302.5414.464244	FAEC - MAC - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - FMS	568.254,00
10.302.5005.464278	MAC - SAMU - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO SERVIÇO MÓVEL DE ATENDIMENTO ÀS URGÊNCIAS -	3.320.272,00
10.032.5012.464352	GSUS - PARTICIPASUS - MANTER E IMPLEMENTAR A GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS MUN	28.094,00
10.306.5005.464433	GSUS - FAN - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO FUNDO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM JOÃO PESS	11.010,00
10.122.5013.464443	GSUS - OUTRAS IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE GESTÃO, NA SAÚDE MUNICIPAL - FMS	80,00
10.128.5082.464445	GSUS - PRÓ-SAÚDE - FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE - GESTÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO MUNICÍP	77.000,00
10.303.5018.464447	AF - OUTRAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - FM	110,00
10.128.5082.464485	GSUS - EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE - FMS	88.000,00
10.301.5005.464497	AB - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA EM	17.000,00
10.302.5005.464498	MAC - REDE HOSPITALAR - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - FM	398.000,00
10.302.5005.464499	MAC - AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E AL	8.153.915,62

Anexo II Redução		Ano Base: 2021
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional		
10.305.5033.464500	VS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM MAC - REGULAÇÃO EM SAÚDE - IMPLANTAÇÃO E/OU IMPLEMENTAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL	979.484,00
10.302.5414.464501	COVID - MANter e IMPLEMENTAR AÇÕES RELACIONADAS AO COMBATE AO COVID - 19	1.189.983,00
10.122.5005.464511	ENCARGOS COM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - FMS	946.000,00
28.846.7001.467005		1.515.000,00
TOTAL GERAL		26.846.150,00

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 13, DE 08 DE OUTUBRO DE 2021.

REVOGA OS ARTIGOS 1º A 8º DA MP 02, DE 1º DE JANEIRO DE 2021, PARA REESTABELECEER AS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS (SEFIN) E DA SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL (SEREM), OPERANDO-SE A REPRISTINAÇÃO EXPRESSA DA LEI Nº 11.133, DE 19 DE SETEMBRO DE 2007.

O PREFEITO DE MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 60, V, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, edita a seguinte Medida Provisória com força de Lei:

Art. 1º Ficam revogados os artigos 1º a 8º da Medida Provisória n. 02, de 1º de janeiro de 2021, convertida na Lei Municipal n.º 14.129/2021.

Art. 2º Opera-se a repristinação expressa da Lei n.º 11.133/2007, que alterou a Lei n.º 10.429/2005, ficando reestabelecidas as estruturas administrativas da Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) e da Secretaria da Receita Municipal (SEREM).

Art. 3º Ficam mantidos todos os atos administrativos, contratos, operações orçamentárias e despesas executadas pela Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ, sob a égide da MP n.º 02/2021, por força da regra de direito intertemporal *tempus regit actum*.

Parágrafo único. Nos processos em curso e despesas continuadas, os atos vindouros serão praticados pela Secretaria competente segundo as atribuições previstas na Lei n.º 11.133/2007.

Art. 4º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, em 08 de outubro de 2021; 132ª da Proclamação da República.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

DECRETO Nº 9.841, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL VIGENTE NA SMPDC/FMDDD, AUTORIZADO PELA LEI Nº 14.281/2021

O Prefeito do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 60 e as alíneas "a" e "c", inciso I, do artigo 76, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 1º, da Lei nº 14.000, de 18 de agosto de 2020, autorizado pelos artigos 1º ao 5º, da Lei nº 14.281, de 15 de outubro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Abre Crédito Especial na Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor/Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos do Consumidor no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para inclusão de nova Natureza da Despesa (dotação orçamentária) em Ação de Governo já existente na forma discriminada no anexo I (Acréscimo).

Art. 2º Os Recursos necessários à abertura do Crédito Especial de que trata o artigo anterior, correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos do Consumidor – FMDDD, em 31/12/2020, e acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação a seguir:

R\$

SUPERÁVIT FINANCEIRO – FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO CONSUMIDOR EM 31/12/2020

VALOR..... 600.000,00

Art. 3º A nova Natureza da Despesa em Ação de Governo já existente referenciadas no artigo 1º, será alocada na programação constante do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, relativa ao Exercício Financeiro de 2021.

Art. 4º Este Decreto de abertura de Crédito Especial entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 28 de outubro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito


JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL
Secretário de Planejamento


ADENILSON DE OLIVEIRA FERREIRA
Secretário da Fazenda



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: Cícero de Lucena Filho

Vice-Prefeito: Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti

Sec. de Gestão Governamental: Márcio Diego F. Tavares

Secretaria de Administração: Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretaria de Saúde: Fábio Antônio da Rocha Sousa

Secretaria de Educação: Maria América Assis de Castro

Secretaria de Planejamento: José William Montenegro Leal

Secretaria da Fazenda: Adenilson de Oliveira Ferreira

Secretaria de Desenv. Social: Felipe Matos Leitão

Secretaria de Habitação: Maria Socorro Gadelha

Secretaria de Comunicação: Marcos Vinícius Sales Nóbrega

Controlad. Geral do Município: Eudes Moaci Montenegro Júnior

Secretaria de Direitos Humanos: João Carvalho da C. Sobrinho

Procuradoria Geral do Município: Bruno Augusto A. da Nóbrega

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: Rougger Xavier G.

Secretaria da Infra Estrutura: Rubens Falcão da Silva Neto

Sec. do Trabalho, Produção e Renda: Vaulene de Lima Rodrigues

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: Kaio Márcio Ferreira Costa

Secretaria de Turismo: Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes

Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: Ivonete Porfírio Martins

Sec. de Desenvolvimento Urbano: Antônio Fábio Soares Carneiro

Sec. da Ciência e Tecnologia: Margarete de Fátima Formiga M. Diniz

Secretaria de Meio Ambiente: Welison Araújo Silveira

Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: João Almeida Carvalho Júnior

Secretaria da Defesa Civil: Kelson de Assis Chaves

Suprert. de Mobilidade Urbana: George Ventura Moraes

Auatq. Esp. Munic. de Limp. Urbana: Ricardo Jose Veloso

Instituto de Previdência do Munic.: Caroline Ferreira Agra

Fundação Cultural de João Pessoa: Antônio Marcus Alves de Souza

SEMANÁRIO OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - Orleide Maria de O. Leão
Designer Gráfico - Emilson Cardoso e Tayame Uyara

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental e Articulação Política - Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766
semanariojp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa
Criado pela Lei Municipal nº 617, de 21 de agosto de 1964
Impresso no Serviço de Reprodução Gráfica
Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

Anexo I
Acréscimo

Ano Base: 2021

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional 31000	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR			
31301	31301-FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO CONSUMIDOR			
14.091.5027.574357	PROCON VAI AS AULAS	33.90.18	0.2.09	600.000,00
SUBTOTAL				600.000,00
TOTAL GERAL				600.000,00
*NATUREZA DESPESA				
33.90.18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES				
**FONTE RECURSO				
1090/0.209-Outros Recursos Não Vinculados				

DECRETO N° 9.842, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021

REALOCA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SMS/FMS ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO VIGENTE ORÇAMENTO EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZADO LEI MUNICIPAL N° 14.287/2021

O Prefeito do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 60, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com os artigos 1º ao 5º, da Lei Municipal nº 14.287, de 28 de outubro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Realoca Dotações Orçamentárias na Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 26.846.150,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e cento e cinquenta reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma discriminada no anexo I (Acréscimo).

Art. 2º As despesas com o Crédito Orçamentário aberto pelo artigo anterior, correrão por conta de dotações orçamentárias a serem estornadas e os Programas e as Despesas para as qual serão transpostos e transferidos de uma categoria de programação para outra o valor daquelas dotações, conforme anexo II (Redução).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 29 de outubro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito


JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL
Secretário de Planejamento


ADENILSON DE OLIVEIRA FERREIRA
Secretário da Fazenda

Anexo I
Acréscimo

Ano Base: 2021

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional 13000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
13301	13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.302.5414.462871	MAC - REDE CONVENIADA/CONTRATADA/SUPLEMENTAR-MANTER E IMPLEMENTAR A REDE SUPLEMENTAR DE	33.50.39	0.2.14	8.785.604,00
		33.90.39	0.2.14	3.095.975,00
		33.91.39	0.2.14	56.871,00
10.302.5414.464244	FAEC - MAC - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - FMS	33.50.39	0.2.14	1.155.480,00
		33.90.39	0.2.14	1.067.637,00

10.302.5005.464498	MAC - REDE HOSPITALAR - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - FM	31.90.04	0.2.14	963.840,00
		31.90.11	0.2.14	33.000,00
10.302.5005.464499	MAC - AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E AL	31.90.04	0.2.14	9.171.099,00
		33.90.39	0.2.14	2.516.644,00
SUBTOTAL				26.846.150,00
TOTAL GERAL				26.846.150,00

*NATUREZA DESPESA

31.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (1)
31.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOA CIVIL
33.50.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.91.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**FONTE RECURSO

1214/0.214-TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUST

Anexo II
Redução

Ano Base: 2021

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional 13000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
13301	13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.5139.461212	INV - MELHORIA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES DE SA	44.90.52	0.2.15	3.000.000,00
10.302.5139.461485	INV - UPA - CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR, ADEQUAR E EQUIPAR UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO	33.90.39	0.2.15	10,00
		44.90.51	0.2.15	10,00
		44.90.52	0.2.15	500.000,00
10.302.5139.461491	INV - SAMU - REFORMAR, AMPLIAR, ADEQUAR E EQUIPAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL ÀS URGÊNC	33.90.39	0.2.15	10,00
		44.90.51	0.2.15	10,00
		44.90.52	0.2.15	23.000,00
10.302.5139.461566	INV - MAC - IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE INVESTIMENTOS NA SAÚDE MUNICIPAL	33.90.39	0.2.15	10,00
		44.90.51	0.2.15	10,00
		44.90.52	0.2.15	10,00
10.305.5139.461568	INV - ZOONOSSES - REPASSE PARA O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DAS ZOONOSSES	44.90.51	0.2.15	100.000,00
		44.90.52	0.2.15	300.000,00
10.302.5139.461577	INV - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE PARTO NORMAL PERI-HOSPITALAR - FMS	33.90.39	0.2.15	10,00
		44.90.52	0.2.15	10,00
10.305.5139.461583	INV - CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DA REDE DE FRIIO MUNICIPAL - FMS	44.90.51	0.2.15	100.000,00
		44.90.52	0.2.15	200.000,00
10.301.5139.461622	INV - AB IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE INVESTIMENTOS NA SAÚDE MUNICIPAL	33.90.39	0.2.15	10,00

Anexo II Redução					Ano Base: 2021			
Órgão / UO	Classificação Funcional	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)			
13000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
13301		13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
			44.90.51	0.2.15	10,00			
			44.90.52	0.2.15	10,00			
10.305.5139.461623		INV - VS - IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE INVESTIMENTOS NA SAÚDE MUNICIPAL						
			33.90.39	0.2.15	10,00			
			44.90.51	0.2.15	10,00			
			44.90.52	0.2.15	500.000,00			
10.304.5139.461624		INV - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE INVESTIMENTOS NA SAÚDE MUNICIPAL						
			33.90.39	0.2.15	10,00			
			44.90.51	0.2.15	10,00			
			44.90.52	0.2.15	10,00			
10.122.5139.461625		INV - GSUS IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE INVESTIMENTOS NA SAÚDE MUNICIPAL						
			33.90.39	0.2.15	10,00			
			44.90.51	0.2.15	10,00			
			44.90.52	0.2.15	10,00			
10.303.5018.462042		AF - FARMÁCIA BÁSICA - MANTER E IMPLEMENTAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - FMS						
			33.90.32	0.2.14	400.000,00			
10.305.5033.462064		VS - PAM - INCENTIVO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES						
			31.90.16	0.2.14	2.000,00			
			33.50.41	0.2.14	10,00			
			33.50.43	0.2.14	210.000,00			
			33.90.14	0.2.14	7.000,00			
			33.90.30	0.2.14	170.000,00			
			33.90.36	0.2.14	10,00			
			33.90.39	0.2.14	10.000,00			

Anexo II Redução					Ano Base: 2021			
Órgão / UO	Classificação Funcional	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)			
13000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
13301		13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
			33.90.48	0.2.14	15.000,00			
			33.90.49	0.2.14	2.000,00			
10.122.5013.462079		GSUS - PLANEJASUS - PROMOVER AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE						
			33.90.14	0.2.14	20.000,00			
10.694.5320.462609		ENCARGOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES INERENTES AS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS						
			33.90.92	0.2.14	3.592.463,00			
			44.90.92	0.2.15	50.000,00			
10.304.5397.462792		VS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E						
			31.90.04	0.2.14	112.325,88			
			31.90.05	0.2.14	10,00			
			31.90.11	0.2.14	25.087,50			
			31.90.16	0.2.14	30.000,00			
			33.90.14	0.2.14	10.000,00			
			33.90.18	0.2.14	10,00			
			33.90.36	0.2.14	5.000,00			

Anexo II Redução					Ano Base: 2021			
Órgão / UO	Classificação Funcional	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)			
13000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
13301		13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
10.302.5414.462871		MAC - REDE CONVENIADA/CONTRATADA/SUPLEMENTAR-MANTER E IMPLEMENTAR A REDE SUPLEMENTAR DE						
			33.90.48	0.2.14	58.240,00			
			33.90.49	0.2.14	7.000,00			
			33.20.41	0.2.14	1.000,00			
			33.20.43	0.2.14	1.000,00			
			33.30.43	0.2.14	100.000,00			
			33.90.36	0.2.14	1.000,00			
			33.90.43	0.2.14	1.000,00			
			33.91.43	0.2.14	500,00			

Anexo II Redução					Ano Base: 2021			
Órgão / UO	Classificação Funcional	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)			
13000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
13301		13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
			44.50.42	0.2.14	1,00			
10.128.5082.464239		GSUS - CIR/MATA ATLÂNTICA-COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL -EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE -						
			33.90.14	0.2.14	10,00			
			33.90.30	0.2.14	10,00			
			33.90.33	0.2.14	10,00			
			33.90.35	0.2.14	10,00			
			33.90.36	0.2.14	10,00			
			33.90.39	0.2.14	10,00			
			33.90.48	0.2.14	10,00			
			33.90.93	0.2.14	10,00			
			44.90.52	0.2.14	10,00			
10.302.5414.464244		FAEC - MAC - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE - FMS						
			33.20.39	0.2.14	100.000,00			
			33.90.36	0.2.14	1.000,00			
			33.91.39	0.2.14	467.254,00			
10.302.5005.464278		MAC - SAMU - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO SERVIÇO MÓVEL DE ATENDIMENTO ÀS URGÊNCIAS -						
			31.90.05	0.2.14	1.000,00			
			31.90.11	0.2.14	875.720,00			
			31.90.16	0.2.14	10.000,00			
			33.90.08	0.2.14	1.000,00			
			33.90.30	0.2.14	2.327.552,00			
			33.90.36	0.2.14	5.000,00			
			33.90.48	0.2.14	100.000,00			

Anexo II Redução					Ano Base: 2021			
Órgão / UO	Classificação Funcional	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)			
13000		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
13301		13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
10.032.5012.464352		GSUS - PARTICIPASUS - MANTER E IMPLEMENTAR A GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS MUN						
			33.90.14	0.2.14	18.094,00			
			33.90.30	0.2.14	10.000,00			
10.306.5005.464433		GSUS - FAN - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO FUNDO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM JOÃO PESS						
			31.90.04	0.2.14	5.000,00			

		31.90.11	0.2.14	10,00
		31.90.13	0.2.14	3,000,00
		33.90.48	0.2.14	2,000,00
		33.90.49	0.2.14	1,000,00
10.122.5013.464443	GSUS - OUTRAS IMPLEMENTAÇÕES DO BLOCO DE GESTÃO, NA SAÚDE MUNICIPAL - FMS			
		33.90.14	0.2.14	10,00
		33.90.30	0.2.14	10,00
		33.90.33	0.2.14	10,00
		33.90.36	0.2.14	10,00
		33.90.39	0.2.14	10,00
		33.90.48	0.2.14	10,00
		33.90.93	0.2.14	10,00
		44.90.52	0.2.14	10,00
10.128.5082.464445	GSUS - PRÓ-SAÚDE - FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE - GESTÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO MUNICÍP			
		31.90.16	0.2.14	1,000,00
		33.90.14	0.2.14	5,000,00
		33.90.30	0.2.14	50,000,00
		33.90.33	0.2.14	5,000,00
		33.90.36	0.2.14	1,000,00

Anexo II
Redução

Ano Base: 2021

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
13000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
13301	13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
		33.90.39	0.2.14	10,000,00
		33.90.48	0.2.14	5,000,00
10.303.5018.464447	AF - OUTRAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA MUNICIPAL - FM			
		31.90.04	0.2.14	10,00
		31.90.05	0.2.14	10,00
		31.90.11	0.2.14	10,00
		31.90.13	0.2.14	10,00
		31.90.16	0.2.14	10,00
		33.90.08	0.2.14	10,00
		33.90.14	0.2.14	10,00
		33.90.30	0.2.14	10,00
		33.90.36	0.2.14	10,00
		33.90.39	0.2.14	10,00
		44.90.52	0.2.14	10,00
10.128.5082.464485	GSUS - EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE - FMS			
		31.90.16	0.2.14	5,000,00
		33.90.14	0.2.14	5,000,00
		33.90.30	0.2.14	5,000,00
		33.90.33	0.2.14	5,000,00
		33.90.35	0.2.14	1,000,00
		33.90.36	0.2.14	5,000,00
		33.90.39	0.2.14	55,000,00
		33.90.46	0.2.14	1,000,00
		33.90.48	0.2.14	5,000,00
		33.90.49	0.2.14	1,000,00

Anexo II
Redução

Ano Base: 2021

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
13000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
13301	13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.5005.464497	AB - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA EM			
		31.90.05	0.2.14	1,000,00
		31.90.16	0.2.14	10,000,00
		31.90.94	0.2.14	1,000,00
		33.90.08	0.2.14	1,000,00
		33.90.33	0.2.14	1,000,00
		33.90.35	0.2.14	1,000,00
		33.90.46	0.2.14	1,000,00
		44.90.51	0.2.14	1,000,00
10.302.5005.464498	MAC - REDE HOSPITALAR - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - FM			
		31.90.16	0.2.14	98,000,00
		33.90.36	0.2.14	100,000,00
		33.90.48	0.2.14	100,000,00
		33.91.41	0.2.14	100,000,00
10.302.5005.464499	MAC - AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E AL			
		31.90.05	0.2.14	10,000,00
		31.90.11	0.2.14	2.533.885,62
		33.20.39	0.2.14	200,000,00
		33.30.39	0.2.14	200,000,00
		33.50.39	0.2.14	100,000,00
		33.90.08	0.2.14	10,000,00
		33.90.18	0.2.14	10,00
		33.90.32	0.2.14	5,000,000,00
		33.90.33	0.2.14	10,00

Anexo II
Redução

Ano Base: 2021

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
13000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
13301	13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
		33.90.46	0.2.14	10,00
		33.91.41	0.2.14	100,000,00
10.305.5033.464500	VS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM			
		31.90.05	0.2.14	5,000,00
		33.20.39	0.2.14	10,00
		33.50.43	0.2.14	10,00
		33.90.08	0.2.14	5,000,00
		33.90.14	0.2.14	40,000,00
		33.90.18	0.2.14	5,000,00
		33.90.35	0.2.14	10,000,00
		33.90.36	0.2.14	30,000,00
		33.90.46	0.2.14	10,00
		33.90.48	0.2.14	884.454,00

10.302.5414.464501	MAC - REGULAÇÃO EM SAÚDE - IMPLANTAÇÃO E/OU IMPLEMENTAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL	31.90.13	0.2.14	171.143,00
		31.90.16	0.2.14	100.000,00
		33.90.14	0.2.14	10.000,00
		33.90.33	0.2.14	10.000,00
		33.90.36	0.2.14	10.000,00
		33.90.39	0.2.14	788.840,00
		33.90.48	0.2.14	100.000,00
10.122.5005.464511	COVID - MANTER E IMPLEMENTAR AÇÕES RELACIONADAS AO COMBATE AO COVID - 19	31.90.94	0.2.14	100.000,00
		31.91.13	0.2.14	800.000,00

Anexo II
Redução

Ano Base: 2021

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	ND*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
13000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE			
13301	13301-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
		33.20.39	0.2.14	1.000,00
		33.30.39	0.2.14	1.000,00
		33.50.39	0.2.14	1.000,00
		33.50.43	0.2.14	1.000,00
		33.90.36	0.2.14	21.000,00
		33.90.93	0.2.14	20.000,00
		33.91.41	0.2.14	1.000,00
28.846.7001.467005	ENCARGOS COM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - FMS			
		33.20.93	0.2.14	5.000,00
		33.30.93	0.2.14	5.000,00
		33.50.93	0.2.14	5.000,00
		44.90.93	0.2.15	1.500.000,00
			SUBTOTAL	26.846.150,00
TOTAL GERAL				26.846.150,00

*NATUREZA DESPESA

31.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (1)
31.90.05 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
31.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL
31.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS
31.90.16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
31.90.94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
31.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS
32.20.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.20.41 - CONTRIBUIÇÕES
32.20.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS
32.20.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
32.30.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.30.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS
32.30.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
32.50.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.50.41 - CONTRIBUIÇÕES
32.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS
32.50.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
32.90.08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS
32.90.14 - DIÁRIAS - CIVIL
32.90.18 - AUXÍLIO-FINANCEIRO A ESTUDANTES
32.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
32.90.32 - MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
32.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
32.90.35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Anexo II

Ano Base: 2021

33.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.90.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	33.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
33.90.48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS PESSOA FÍSICA	33.90.49 - AUXÍLIO TRANSPORTE
33.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
33.91.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	33.91.41 - CONTRIBUIÇÕES
33.91.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	44.50.42 - AUXÍLIOS
44.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
44.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

PORTARIA N° 2741

Em, 19 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 10.429/2005, e modificações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2021/106197.

RESOLVE:

I – Revogar a portaria nº 2717 de 04 de outubro de 2021, publicada no Semanário Oficial nº 1810 de 03 a 09 de outubro de 2021, que tornou sem efeito a portaria nº 2677 de 16 de setembro de 2021, publicada no Semanário Oficial Especial de 17 de setembro de 2021, ficando validada a portaria nº 2677 de 16 de setembro de 2021, publicada no Semanário Oficial Especial de 17 de setembro de 2021, que exonera RAFAELLA BRANDÃO DOS SANTOS OLIVEIRA MICHAELER, matrícula nº 90.139-3 do cargo em comissão, símbolo DAE-3 de DIRETORA do DEPARTAMENTO DE BENS MOVEIS da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N° 2743


Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 10.429/2005, e modificações posteriores, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 2021/107774, 2021106376 e Ofício nº 1277/SEDEC, de 20 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Exonerar, a pedido, HELOÍZA MILENA TORRES HOLMES, matrícula nº 83.016-0, da função de confiança, símbolo FCDE-1, de DIRETOR ESCOLAR PEDAGÓGICO, da ESCOLA MUNICIPAL ANÍBAL MOURA, da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 20 de outubro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N^o 2744

Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e de acordo com a Lei Municipal nº 12.188 de 15 de setembro de 2011 e tendo em vista o que consta do Processo nº 2020/105962 e Ofício 55/SEDES, de 14 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Designar PRISCILA DE SOUZA LIMA, titular, e SELMA DE SOUZA CABRAL, suplente, representantes da Sociedade Civil - IGUAIS Associação LGBTQI+, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-CONSEJA/JP, para o biênio 2021/2023.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 14 de outubro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº 2745

Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas nos incisos V e VIII do art. 60, inciso II, letra a do art. 76, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei nº 10.429/2005 e modificações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2021/105351 e Ofício nº 624/CGM de 01 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Nomear THIAGO HENRIQUE JACOB OLIVEIRA SOUSA, matrícula nº 91.347-2, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PESQUISA, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº 2746

Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas nos incisos V e VIII do art. 60, inciso II, letra a do art. 76, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei nº 10.429/2005 e modificações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear MARLUCE SOUZA VIANA BARRETO para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS no DISTRITO SANITÁRIO II da SECRETARIA DA SAÚDE.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº 2747

Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas nos incisos V e VIII do art. 60, e inciso II, letra a do art. 76, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei nº 10.429/2005 e modificações posteriores e tendo em vista o que consta do Processo nº 2021/107268, Ofício 646/2021 CGM, de 19 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Exonerar, a pedido, ERIVAN TEIXEIRA DA SILVA, matrícula nº 33.481-2 do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE ENCAMINHAMENTO da SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPRENCIA PUBLICA da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº 2748

Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas nos incisos V e VIII do art. 60, inciso II, letra a do art. 76, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei nº 10.429/2005 e modificações posteriores e tendo em vista o que consta do Processo nº 2021/107271, Ofício 644/2021 CGM, de 19 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Exonerar, a pedido, MARIA ALCILENE DE FIGUEIREDO, matrícula nº 74.646-1 do cargo em comissão, símbolo DAE-3 de CHEFE DA OUVIDORIA SETORIAL DA SAÚDE da SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPRENCIA PUBLICA da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº 2749-A

Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas nos incisos V e VIII do art. 60, inciso II, letra a do art. 76, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e tendo em vista o que consta do Processo nº 2021/106239 e Ofício nº 682/DIREX/FUNJOPE de 18 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Designar, os integrantes abaixo discriminados, para comporem um Grupo de Trabalho responsável pela organização do Festival Internacional de Cinema de João Pessoa.

Coordenação

- Antonio Marcus Alves de Souza

Corpo Técnico

- Dina Lúcia Filipe Faria Azeiteiro

- Gustavo Marques de Azevedo

- José Antonio de Alcântara

- Marciel Vieira Roberto Silva

- Paulo Roberto de Souza Júnior

- Silvio Soares Toledo

II – Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº 2749

Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas nos incisos V e VIII do art. 60, inciso II, letra a do art. 76, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei nº 10.429/2005 e modificações posteriores e tendo em vista o que consta do Processo nº 2021/107273, Ofício 645/2021 CGM, de 19 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Exonerar, a pedido, EMERSON CALDAS DE ANDRADE, matrícula nº 79.881-9, do cargo em comissão, símbolo DAE-3 de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRATAMENTO TÉCNICO-POLÍTICO E ENCAMINHAMENTO DA SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPRENCIA PUBLICA da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 2750

Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 10.429/2005, e modificações posteriores e tendo em vista o que consta do Processo n° 2021/107273, Ofício 645/2021/CGM, de 19 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Nomear ERIVAN TEIXEIRA DA SILVA, matrícula n° 33.481-2, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRATAMENTO TÉCNICO-POLÍTICO E ENCAMINHAMENTO DA SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPARENCIA PÚBLICA, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 2751

Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 10.429/2005, e modificações posteriores e tendo em vista o que consta do Processo n° 2021/107273, Ofício 645/2021/CGM, de 19 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Nomear MARIA ALCILENE DE FIGUEIREDO, matrícula n° 74.646-1, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE ENCAMINHAMENTO DA SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPARENCIA PÚBLICA, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 2752

Em, 25 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 10.429/2005, e modificações posteriores e tendo em vista o que consta do Processo n° 2021/107271, Ofício 644/2021/CGM, de 19 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Nomear EMERSON CALDAS DE ANDRADE, matrícula n° 79.881-9, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de CHEFE DA OUVIDORIA SETORIAL DA SAÚDE DA SECRETARIA EXECUTIVA DA TRANSPARENCIA PÚBLICA, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 2865

Em, 28 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, (PB) no uso das atribuições previstas no art. 60, V, combinado com o art. 76, II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e de acordo com a Lei Municipal n° 2.380 de 26 de março de 1979, e tendo em vista o que consta dos Processos n° 17/2021-COPAD/SEAD, e PA n° 003515/2021/SEAD.

RESOLVE:

I – Demitir, de acordo com o §1º do artigo 250, inciso V do artigo 229, e inciso II, §1º do artigo 236 (abandono de cargo), da Lei n° 2.380 de 26 de março de 1979 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de João Pessoa), ERIKA MARQUES DE ALMEIDA LIMA, matrícula n° 32.602-0, ocupante do cargo de PSICÓLOGO, lotada na SECRETARIA DA SAÚDE.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 2866

Em, 28 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, (PB) no uso das atribuições previstas no art. 60, V, combinado com o art. 76, II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e de acordo com a Lei Municipal n° 2.380 de 26 de março de 1979, e tendo em vista o que consta dos Processos n° 69/2021-COPAD/SEAD, e PA n° 032569/2021/SEAD.

RESOLVE:

I – Demitir, de acordo com o §1º do artigo 250, inciso V do artigo 229, e inciso II, §1º do artigo 236 (abandono de cargo), da Lei n° 2.380 de 26 de março de 1979 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de João Pessoa), GISELIA RODRIGUES DE ARAÚJO, matrícula n° 11.633-5, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS, lotada na SECRETARIA DA SAÚDE.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA N°. 2867

Em, 28 de outubro de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, combinado com a Lei n° 8.059 de 21 de junho de 1996, e tendo em vista o que consta do processo n° 2021/108728, Ofício 50056/GS/SEDHUC de 05 de outubro de 2021.

RESOLVE:

I – Exonerar FABIANA VELOSO LIMA, titular, e JULIENNE LIMA DE QUEIROZ, suplente, representantes da Secretaria da Saúde, do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

II – Nomear IRENE DELGADO DE ARAUJO, titular, e SHIRLEY MELO GUIMARÃES, suplente, representantes da Secretaria da Saúde, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, para o exercício de 2021/2023.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 2868

Em, 28 de outubro de 2021

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa.

RESOLVE:

I – Constituir COMISSÃO ESPECIAL DE JULGAMENTO para exercer as competências relacionadas análise e Credenciamento de Empresas que exerçam atividade financeiras de oferta de crédito, titulares de soluções de meios de pagamento e gerenciamento que queiram se cadastrar, visando possibilitar aos municípios a realização de parcelamento e pagamento eletrônicos dos nossos tributos municipais.

II – A referida Comissão será composta por RICARDO DINIZ DE VASCONCELOS, matrícula nº 94.975-6, Presidente e DIEGO FABRICIO CAVALCANTI, matrícula nº 94.981-7 e LUIZ ALBERTO DE ARAUJO COUTINHO, matrícula 14.587-4, Membros.

III – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 2869

Em, 29 de outubro de 2021

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e Lei 10.429/2005, e modificações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar, pedido, FELIPE MATOS LEITÃO, matrícula nº 94.860-8 do cargo, símbolo SMN-1 de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

SEAD**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB Nº 001/2021**

O **MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, através da **Secretaria Municipal de Administração**, representada pelo Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 202 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 108/2001, Lei Complementar nº. 109/2001, Lei Municipal nº 14.278/2021, Portaria nº. 2622/2021 do Prefeito e em observância a Nota Técnica da ATRICON nº 01/2021 e ao Guia da Previdência Complementar elaborado pela Secretaria de Previdência, torna público aos interessados a abertura do Processo de Seleção nº 01/2021, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 Selecionar, por meio de apresentação de propostas, Entidade Fechada de Previdência Complementar interessada em administrar plano de benefícios previdenciários dos servidores de cargo efetivo da administração direta e indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de João Pessoa/PB.

1.2 Devido as características da massa de servidores do Município de João Pessoa/PB, a escolha recairá sobre entidade que administre ou esteja a apta a administrar plano multipatrocinado de previdência complementar.

1.3 O presente Processo de Seleção objetiva o encaminhamento de propostas para seleção de Entidade Fechada de Previdência Complementar, com possibilidade de futura assinatura de Convênio de Adesão, objetivando implementar o regime de previdência complementar no âmbito desta municipalidade.

1.4 O recebimento e julgamento das propostas ficará a cargo da Comissão especial criada para acompanhar a implementação e criação do regime de previdência complementar–RPC no âmbito deste município, instituída por meio da Portaria nº. 2622/2021, de 19 de agosto de 2021.

2. PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste instrumento convocatório as pessoas jurídicas que se enquadram no conceito de Entidade Fechada de Previdência Complementar e que estejam devidamente autorizadas a funcionar como tal pelo respectivo órgão regulador, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e categorizadas como em “situação normal” no CadPrevic¹.

3. CONDIÇÕES IMPEDITIVAS DE PARTICIPAÇÃO

Estão impedidos de participar deste Processo Seletivo, os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- Pessoas jurídicas cuja natureza social de seus objetivos não esteja relacionada ao objeto deste Edital de Processo de Seleção;
- Pessoas jurídicas declaradas inidôneas por ato da Administração Pública de qualquer esfera estatal;
- Pessoas Jurídicas que estiverem em processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou recuperação judicial;
- Pessoas jurídicas que não estejam em situação regular quanto aos tributos federais, estaduais ou municipais, consideradas a sede ou principal estabelecimento da proponente;
- Entidades que não integram a qualidade de entidade fechada multipatrocinada.

4. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

Local: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE JOÃO PESSOA

Endereço: Rua Diógenes Chianca, 1777, Água Fria, João Pessoa/PB

Recebimento das Propostas: até 08/11/2021, até às 17h.

5. DA DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Até a data indicada no item anterior, as entidades interessadas em apresentar suas propostas deverão encaminhar aos membros da comissão referida no item 1.3 a documentação relacionada a seguir:

5.2 Quanto à Regularidade Jurídica:

5.2.1 Ato constitutivo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, contendo todas as alterações realizadas ou o último devidamente consolidado, devendo, em ambos os casos estarem registrados na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

5.2.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

5.3 Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista

5.3.1 Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal, expedido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”;

5.3.2 Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio da Certidão Negativa de Débitos (CND) relativo aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive quanto às contribuições sociais, expedida pela Receita Federal;

5.3.3. Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, no domicílio ou sede da proponente;

5.3.4 Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual da Paraíba, por meio Certidão Negativa de débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual da Paraíba;

5.3.5 Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de débito em relação a tributos municipais, expedida pela Prefeitura, no domicílio ou sede da proponente;

5.3.6 Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal de João Pessoa/PB, por meio de Certidão Negativa de débito em relação a tributos municipais, expedida pela Secretaria da Fazenda do Município ou Secretaria Executiva de Receita de João Pessoa;

5.3.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

5.4 Quanto à Qualificação Técnica

5.4.1 Ato de registro da entidade junto ao órgão regulador: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

¹ <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/acesso-a-informacao/dados-abertos/cadastro-de-entidades-e-planos-cadprevic>

5.4.2 Apresentar-se em condição normal de funcionamento, por meio de comprovação do envio mensal à PREVIC do conjunto de informações cujo cunho obrigatório; balancete do mensal da última competência anterior a publicação deste edital dos planos de benefícios por ela gerenciados.

5.5 Quanto à Proposta

5.5.1 Deverá constar na referida carta de **Carta Apresentação**, assinada pelo dirigente da proponente, sem emendas ou rasuras, de forma clara (sem ressalvas e/ou entrelinhas), informando a apresentação da documentação, o encaminhamento da proposta e declarando que a entidade não fora declarada inidônea para contratar com a Administração, nem está sob intervenção ou liquidação extrajudicial;

5.5.1.1 Deverá constar na referida carta de apresentação declaração datada e assinada pelo dirigente da entidade proponente informando quais são os percentuais mínimos e máximo de contribuição de contribuição do plano que será ofertado ao ente federativo, de modo que a indicações de alíquotas diferentes das estabelecidas na Lei Municipal nº. 14.278/2021, ensejará desclassificação imediata da proponente;

5.5.2 Apresentar proposta técnica no **Modelo de Proposta Técnica**, contendo as informações solicitadas conforme o anexo I e, sempre que possível, indicar o local onde as informações estão publicadas e poderão ser acessadas.

5.5.2.1 A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como da legislação municipal vigente.

5.5.3 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e/ou que estejam incompletas, isto é, não contiverem as informações suficientes que permitam a correta análise da pontuação, conforme anexo I deste edital, ou conflitantes com as disposições deste certame e da legislação vigente.

5.5.3.1 A proponente que não atender a quaisquer das exigências referidas no item 5 deste edital terá sua proposta desclassificada e não será conhecida.

5.5.4 Na hipótese de todas as propostas serem classificadas, a comissão referida no item 1.3 poderá conceder novo prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de nova proposta sem as máculas que inviabilizaram a sua classificação.

5.5.5 Restando atendida todas as exigências deste edital, a classificação das propostas se dará pelo critério de maior pontuação total, ou seja, será considerada vencedora a proponente que obtiver a maior pontuação, considerando-se o somatório de todos os itens estabelecidos no anexo I deste edital.

5.5.6 Caso ocorra empate na pontuação obtida pelos proponentes, será utilizado como critério de desempate aquela que apresentar menor custo de taxa de carregamento, persistindo o empate, proceder-se-á com a escolha por meio de sorteio a ser realizado de forma pública com a presença de representantes das entidades proponentes, por meio de convocação com antecedência mínima de 03 (três) dias.

5.5.6.1 A análise dos critérios para desempate somente ocorrerá ultrapassada a fase recursal, seja pela não interposição de recurso, seja pelo julgamento definitivo dos recursos ou, ainda, pela manifestação, por escrito, da ausência de intenção dos proponentes de recorrerem.

5.5.7 A proponente, ao ofertar a proposta, fica ciente e se compromete a promover a implementação dos sistemas de gerenciamento do plano do RPC, inclusive, responsabilizando-se pelos custos necessários a integração entre os sistemas de informática utilizados do ente federativo e os da entidade proponente.

6. FORMA DE ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Os documentos relacionados no item 5 poderão ser apresentados impressos ou, preferencialmente, digitalizados e convertidos em arquivo PDF, sendo apresentados, dentro de envelope lacrado, em mídia digital através de *pen drive*, com a Carta de Apresentação impressa, na forma indicada no subitem 5.5.1.

6.1.1 Os documentos que forem extraídos da internet ou digitais deverão ter a possibilidade de verificação de sua autenticidade;

6.1.2 Na hipótese de apresentação de documentos impressos, esses deverão ter sua autenticidade atestada por meio de reconhecimento por oficiais de tabelanatos ou deverão ser apresentados os originais no momento da entrega dos envelopes à Comissão que certificará sua autenticidade.

6.2 No anverso do envelope deverá ser identificada a razão social da entidade, o número do presente Edital de Seleção, bem como o endereçamento a Comissão do RPC.

6.3 Os documentos deverão estar dispostos físicos ou no *pen drive*, de maneira ordenada e indicados conforme o apontado no item 5 deste Edital.

6.4 A Comissão do RPC (item 1.3) poderá solicitar à proponente informações, esclarecimentos acerca da documentação e da proposta, quando entender necessário.

7. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

7.1 Em todas as fases do presente processo de seleção serão observadas as normas previstas, por analogia, nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei 8.666/93, no que couber.

7.2 O prazo para interposição de recursos às decisões da Comissão do RPC, será de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação da decisão objeto do recurso.

7.2.1. Os recursos, que serão dirigidos à Comissão referida no item 1.3 e deverão ser apresentados em original para protocolo, dentro do prazo previsto no subitem 7.2, no endereço Rua Diógenes Chianca, 1777, Água Fria, João Pessoa/PB, durante o horário de expediente, que ocorre das 9h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

7.4. Havendo a interposição tempestiva de recurso, as demais proponentes serão comunicadas para que, querendo, apresentem contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis e na forma prevista no item 7.2.1.

7.4.1. O prazo para apresentação das contrarrazões se inicia depois de encerrado o prazo para apresentação de recursos.

7.4.2. Não serão aceitos recursos ou contrarrazões apresentados fora do prazo ou enviados via fax, e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto no item 7.2.1.

7.4.3. Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse prazo, encaminhá-los ao Prefeito, acompanhado dos autos deste processo seletivo, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.

7.4.4. A decisão do Prefeito, a ser proferida nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir da comissão, será irrecorrível.

7.5. Os prazos previstos nos subitens 7.4.3 e 7.4.4 poderão ser prorrogados, a critério da Administração, sempre que for necessário para o adequado julgamento dos recursos, como, por exemplo, para a realização de diligências. A prorrogação deverá ser devidamente justificada nos autos do processo seletivo.

7.6. Todos os eventuais recursos, as contrarrazões, as decisões da Comissão do RPC e da autoridade e quaisquer outros atos ocorridos após a abertura do invólucro da documentação, serão comunicados aos interessados, sejam proponentes ou não, através do site do Município, sendo este e o e-mail das proponentes os canais de comunicação entre as partes até o encerramento do processo seletivo.

7.7. As entidades interessadas neste processo seletivo, caso entendam por impugnar o presente edital, poderão fazê-lo nos prazos determinados na Lei 8.666/93.

7.8. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal ou apresentados de forma diversa da prevista no item 7.2.1.

8. DA MASSA ATUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

Em atenção a Nota Técnica apresentamos no anexo II deste edital, o contexto da massa de servidores do Município de João Pessoa/PB, data base 31/12/2020. Ressaltamos que o referido anexo está subdividido em duas partes, sendo a primeira com todos os segurados do RPPS municipal, com valor de remuneração de contribuição previdenciária superior ao teto do RGPS e a segunda com todos os segurados do RPPS com remuneração de contribuições inferior ao teto do RGPS.

9. DA COMISSÃO PARA SELEÇÃO DA EFPC

9.1. A comissão criada pela Portaria nº. 2622/2021, de 19 de agosto de 2021, destinada a implementar o regime de previdência complementar dos servidores públicos do Município de João Pessoa/PB, incluindo processar e julgar as propostas e a qualificação técnica dos participantes do processo seletivo da EFPC.

9.2. Após o recebimento das propostas o grupo de trabalho ou Comissão de Seleção poderá oportunizar as entidades que apresentaram propostas que as revisem, visando a obtenção de melhores condições econômicas para a administração pública, em observância aos princípios da economicidade, transparência e eficiência.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A participação da entidade implica na sua aceitação integral e irrevogável dos termos e condições do Edital, não sendo aceita, de nenhuma forma, alegações de seu desconhecimento.


10.2 Fica designado o foro da cidade de João Pessoa/PB para julgamento de eventuais questionamentos resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

10.3 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a apresentação das propostas.

10.4 As proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

10.5 As informações e esclarecimentos necessários ao conhecimento do objeto deste edital poderão ser prestados no local indicado no item 04, no endereço eletrônico comissaoRPC@ipmjp.pb.gov.br ou pelo telefone (83) 3222-1005.

João Pessoa, 29 de outubro de 2021.


ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
 Secretário da Administração

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA
DO PROCESSO SELETIVO XXXX/XX N.º XX/20XX

À

Comissão de Seleção

Ref.: Processo Seletivo XX/XX N.º XX/20XX

Prezados Senhores,

A _____ (NOME DA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR) domiciliada(a)/estabelecida(a) na cidade de(o) _____, no estado de(o) _____, à rua _____, vem por meio desta apresentar proposta para atuar como gestor do Plano de Benefícios dos servidores do Município de João Pessoa/PB

Cumpre-nos informar que examinamos atentamente o instrumento convocatório e seus anexos inteirando-nos de todas as condições para a elaboração da presente proposta.

1. CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Fator A - Experiência da Entidade

I) Informar a Rentabilidade Acumulada, por ano, nos últimos 05 anos, de todos os planos ofertados pela entidade fechada de previdência complementar:

Ano	Rentabilidade – %
2020	
2019	
2018	
2017	
2016	
Soma:	
Média:	

A comprovação deverá ser por meio da apresentação dos relatórios obrigatórios enviados à PREVIC.

Pontuação referente à média apurada da rentabilidade nos últimos cinco anos	Pontuação
até 5%	5
de 5,01% a 10%	10
de 10,01% a 15%	15
de 15,01% a 20%	20
acima de 20%	25

II) Ativo Total da EFPC em 31/12/2020: R\$ _____

Ativo (recursos administrados)	Pontuação
até 100 milhões de reais	10
de 100 milhões e um centavo a 500 milhões de reais	20
de 500 milhões e um centavo até 02 bilhões de reais	30
de 02 bilhões e um centavo a 15 bilhões de reais	40
acima de 15 bilhões de reais	50

III) Quantitativo de participantes (desconsiderando a população assistida) da EFPC na data de 31/12/2020: _____

Número de participantes (ativos)	Pontuação
até 1000	5
de 1001 a 2500	10
de 2501 a 5000	15
de 5001 a 15000	20
de 15001 a 30000	25
acima de 30000	30

Fator B - Governança

I) Existência de outras instâncias de governança, de caráter consultivo ou deliberativo e não obrigatório autorizadas pela Resolução CNPC 35/2019 (comprovar a existência pelo instrumento de formação)

Assinalar com " X"	Outras instâncias de Governança	Pontuação
	Não possui	0
	Possui	5

II) Existência de auditoria interna instituída pelo conselho deliberativo para avaliar de maneira independente os controles internos da EFPC (comprovar a existência pelo instrumento de formação)

Assinalar com " X"	Auditoria Interna	Pontuação
	Não possui	0
	Possui	5

III) Experiência da atual Diretoria Executiva – até a data do Edital, comprovação da diretoria executiva e de sua experiência através de documentos oficiais.

Diretoria	Nome do membro da diretoria Executiva	Tempo de Experiência em Previdência Complementar (Anos, Meses e Dias)
Membro 1		
Membro 2		
Membro 3		
Membro 4		
Membro 5		
Membro 6		
Média		

Média do tempo de experiência de todos os membros da diretoria executiva	Pontuação
0 a 5 anos	5
5 anos e 1 dia a 10 anos	10
10 anos e 1 dia a 15 anos	15
15 anos e 1 dia a 20 anos	20
acima de 20 anos	25

V) Qualificação da Diretoria Executiva da EFPC

Formação Acadêmica (comprovada com diplomas/certificados) (Pontuação pela quantidade de títulos apresentados por cada membro, podendo o membro apresentar mais de um título por tipo de formação)	Pontuação
Graduação	2
Pós-graduação e MBA	4
Mestrado	6
Doutorado	8

V) Formação Acadêmica (comprovada e individual para cada membro da Diretoria)					Pontuação
Membros:	Graduação:	Pós-graduação MBA:	Mestrado:	Doutorado:	Total de cada membro:
Membro 1					
Membro 2					
Membro 3					
Membro 4					
Membro 5					
Membro 6					
Média	No cômputo geral será considerada a pontuação média dos membros				

V) Qualificação da Diretoria Executiva da EFPC	
Média da pontuação dos membros	Pontuação
0 a 5 pontos	4
6 a 10 pontos	6
11 a 15 pontos	8
16 a 19 pontos	10
acima de 20 pontos	12

IV) Experiência da EFPC – data de instituição do 1º plano de Previdência Complementar até a data do Edital: _____

Anos de experiência comprovada	Pontuação
0 a 5 anos	5
5 anos e 1 dia a 10 anos	10
10 anos e 1 dia a 15 anos	15
15 anos e 1 dia a 20 anos	20
acima de 20 anos	25

2. CONDIÇÕES ECONÔMICAS DA PROPOSTA

I) Taxa de carregamento atual: _____

Na taxa de carregamento o percentual máximo de 9% é condição para a aceitação da proposta.

Taxa de carregamento	Pontuação
de 7,01% a 9%	0
de 5,01% a 7%	5
de 3,01% a 5%	10
de 1,01% a 3%	15
de 0,5% a 1%	20
de 0,0 a 0,49%	25

II) Taxa de administração atual: _____

Na taxa de administração o percentual máximo de 1% é condição para a aceitação da proposta.

Taxa de administração	Pontuação
de 0,81% a 1%	0
de 0,61% a 0,80%	5
de 0,41% a 0,60%	10
de 0,21% a 0,40%	15
de 0% a 0,20%	20

III) Percentual das despesas administrativas acumuladas no ano de 2020 em relação ao total do ativo (recursos administrados) em 31/12/2020:

Despesas Administrativas/Ativo	Pontuação
acima de 1,5%	0
1% a 1,5%	5
0,55% a 0,99%	10
0,20% a 0,49%	15
menor que 0,20%	20

IV) Valor das despesas administrativas acumuladas no ano de 2020 em relação ao número de população (participantes e assistidos) em 31/12/2020: _____

Despesas Administrativas/Participante	Pontuação
acima de R\$ 2.500,00	0
de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.500,00	5
de R\$ 1.500,00 a R\$ 1.999,00	10
de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.499,00	15
menor que R\$ 1.000,00	20

V) Percentual das despesas administrativas acumuladas no ano de 2020 em relação às receitas administrativas acumuladas em 2020:

Despesas Administrativas/Participante	Pontuação
acima de 1%	0
de 0,7% a 1%	5
de 0,5% a 0,69%	10
Abaixo de 0,5%	15

VI) Informar a necessidade e a forma de eventual pagamento de aporte inicial pelo Patrocinador: _____

Aporte	Pontuação
Sim	0
Não	10

3. PLANO DE BENEFÍCIOS

Fator A – Benefícios de risco

I – Quantidade de benefícios de risco oferecidos ao participante: _____

Número de benefícios de risco (não programada)	Pontuação
nenhum benefício	0
de 1 a 2 benefícios	5
mais de 2 benefícios	10

Fator B – Resgate dos recursos pelo participante

I – Condições de resgate da cota do patrocinador

Tempo de vinculação em que é possível resgatar 100%	Pontuação
acima de 15 anos	0
Acima de 10 até 15 anos	5
Acima de 5 até 10 anos	10
Até 5 anos	15

II – Percentual máximo de resgate da cota do patrocinador

% máximo que pode ser resgatado	Pontuação
100%	25
De 90% até 99%	20
De 80% até 89%	15
De 70% até 79%	10
De 60% até 69%	5
Menos que 60%	0

4. COMUNICAÇÃO – PONTUAÇÃO CUMULATIVA

I - Canais de comunicação Entidade e Patrocinador

Meios de comunicação	Pontuação
não possui	0
telefone/e-mail	5
whatsapp	10
plataforma digital (aplicativo próprio)	15

II- Canais de comunicação Entidade e Participante

Meios de comunicação	Pontuação
não possui	0
telefone/e-mail	5
whatsapp	10
plataforma digital (aplicativo próprio)	15

DADOS DA PROPONENTE:

NOME: _____
 RAZÃO SOCIAL: _____
 CNPJ Nº: _____
 ENDEREÇO COMPLETO: _____
 TELEFONES: _____
 E-MAIL: _____
 VALIDADE DA PROPOSTA: _____

Local e data

Assinatura do representante _____
 legal: _____
 Nome: _____
 Cargo: _____

ANEXO II
MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS (DATA BASE 31/12/2020)

Premissas	
Teto RGPS	6.433,57
Plano	FUNPREV
Plano Financeiro	FUNFIN

ATIVOS - TODOS			ATIVOS - PLANO PREVIDENCIÁRIO			ATIVOS - PLANO FINANCEIRO		
	Folha	Quantidade		Folha	Quantidade		Folha	Quantidade
Acima do Teto do RGPS	7.124,57	723	Acima do Teto do RGPS	2.724,45	324	Acima do Teto do RGPS	4.400,12	399
Abaixo do Teto do RGPS	7,73		Abaixo do Teto do RGPS	1,34		Abaixo do Teto do RGPS	6,39	
	19.986,0	7824		9.766,25	3483		10.219,8	4341
	78,53			4,33			24,21	
Todos	27.110,6	9055	Todos	12.490,7	3807	Todos	14.619,9	4740
	56,26			05,66			50,60	

EXTRATO

EXTRATO Nº.464/2021
PROCESSO Nº 22.987/2021
CHAVE CGM: GS0Y-FMKJ-UXDF-8SBK

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA (CBAF I)**, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.039/2021**, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.303.5018.462042 – AF – FARMÁCIA BÁSICA – MANTER E IMPLEMENTAR A ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE

-13.301.10.302.5005.464498 – MAC – REDE HOSPITALAR – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;

-ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.754/2021	RJ3 DISTRIBUIDORA LTDA-EPP	R\$ 104.344,70 (cento e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos)	28 de outubro de 2021

FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO Nº.465/2021
PROCESSO Nº 22.993/2021
CHAVE CGM: GS0Y-FMKJ-UXDF-8SBK

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA (CBAF I)**, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.039/2021**, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.303.5018.462042 – AF – FARMÁCIA BÁSICA – MANTER E IMPLEMENTAR A ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE

-ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.755/2021	SUPERFIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$ 30.812,00 (trinta mil, oitocentos e doze reais)	27 de outubro de 2021

FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO Nº.474/2021
PROCESSO Nº. 23.230/2021
CHAVE CGM: C9KG-P5T1-X9SS-5JV0

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES ANTISSEPTICAS E MATERIAL PARA ESTERILIZAÇÃO – CME**, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.004/2021**, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5005.464499 – MAC – AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE

-13.301.10.302.5005.464498 – MAC – REDE HOSPITALAR – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS

-13.301.10.301.5005.464497 – AB – PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE – MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA EM JOÃO PESSOA;

- FONTE DE RECURSOS -1211-ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS -1214 – SUS

- 13.301.10.302.5005.464278 - MAC – SAMU- MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO SERVIÇO MÓVEL DE ATENDIMENTO ÀS URGÊNCIAS – SAMU METROPOLITANO JOÃO PESSOA;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE

-13.301.10.305.5033.464500 – VS – VIGILÂNCIA EM SAÚDE – MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM JOÃO PESSOA;

- FONTE DE RECURSOS -1211-ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS -1214 – SUS

-13.301.10.301.5005.464242 – AB – SB – MANTER E IMPLEMENTAR A SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA;

- FONTE DE RECURSOS -1211-ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS -1214 – SUS

-ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.763/2021	CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA -EPP	R\$ 20.734,00 (vinte mil, setecentos e trinta e quatro reais)	28 de outubro de 2021

FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.208/2021

Processo Licitatório nº 06.977/2021

Pregão Eletrônico nº 10.030/2021

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO TESTES RÁPIDOS PARA MARCADORES LABORATORIAIS CARDÍACOS, COAGULAÇÃO E SEPTICEMIA, DA REDE LABORATORIAL HOSPITALAR E UPAS COM CESSÃO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO.

O Secretário de Saúde do Município de João Pessoa de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº 10.030/2021, devidamente homologado, **RESOLVE**, nos termos da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e 10.024/2019, e do Decreto Municipal nº 7.884/2013 e das demais normas legais aplicáveis, tornar público o Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇO do objeto do presente Pregão:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.208/2021
Empresa: VIDA BIOTECNOLOGIA S/A
CNPJ: 11.308.834/0001-85

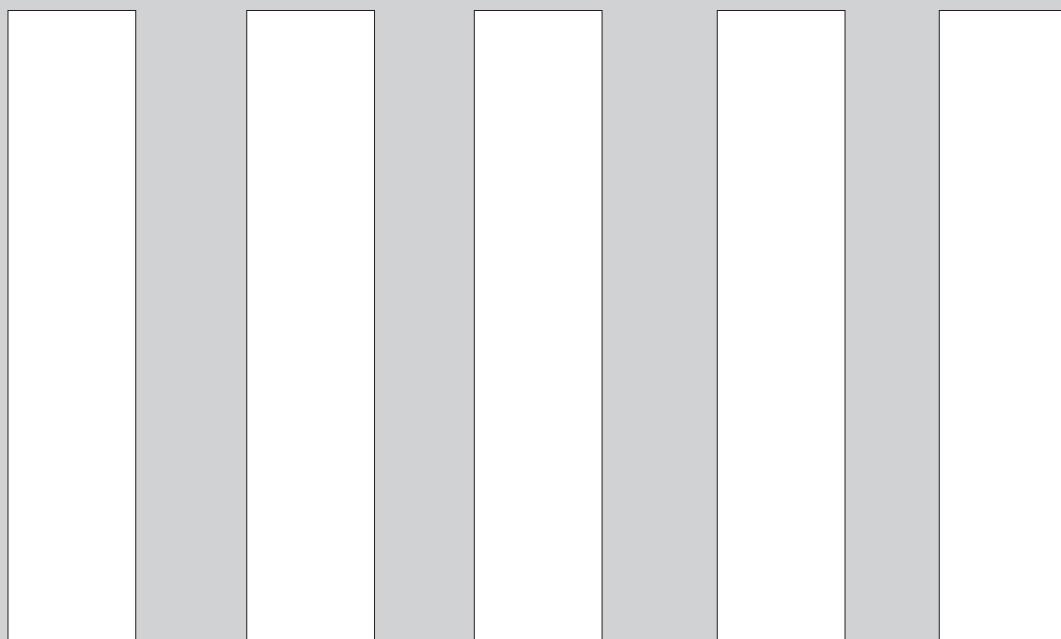
GRUPO ÚNICO							
Item	Quant.	Cod. Catmat	Und.	Descrição	Marca / Fabricante	Preço Unit.	Preço Total
1.1	28.032	425611	TESTES	NT-PRO Reagente para diagnóstico clínico 3, tipo:conjunto completo para automação;tipo de análise:quantitativo de pro peptídeo natriurético cerebral;método:imunodeteção por fluorescência;apresentação:teste.	VIDA	29,00	812.928,00
1.2	61.050	404392	TESTES	D-DIMERO Reagente para diagnóstico clínico 5; tipo:conjunto completo para automação;tipo de análise:quantitativo de dímero d, método:imunodeteção por fluorescência;apresentação:teste.	VIDA	17,98	1.097.679,00
1.3	168.192	357105	TESTES	PCR QUANTITATIVA Reagente para diagnóstico clínico 5; tipo:conjunto completo para automação;tipo de análise:quantitativo de PCR, método:imunodeteção por fluorescência;apresentação:teste.	VIDA	8,50	1.429.362,00
1.4	27.966	437084	TESTES	PROCALCITONINA Reagente para diagnóstico clínico 1; tipo:conjunto completo para automação;tipo de análise:quantitativo de procalcitonina, método:imunodeteção por fluorescência;apresentação:teste.	VIDA	26,00	727.116,00
1.5	28.200	367794	TESTES	TROPONINA I QUANTITATIVA Reagente para diagnóstico clínico 5; tipo:conjunto completo para automação;tipo de análise:quantitativo de troponina I, método:imunodeteção por fluorescência;apresentação:teste.	VIDA	10,50	296.100,00
Valor Total							R\$ 4.363.455,00

Perfazendo o valor global de R\$ 4.363.455,00 (Quatro milhões e seiscentos e sessenta e três mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais), classificadas pelo critério de menor preço por item.

João Pessoa, 27 de Outubro de 2021.

FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
Secretário de Saúde

RESPEITE A FAIXA DE PEDESTRE



FAÇA SUA PARTE

**JOÃO PESSOA JÁ
ESTÁ SE ORGULHANDO**